

O circuito espacial produtivo da alimentação escolar e a fome oculta na cidade de Campinas (SP)

Livia Cangiano Antipon

✉ liviacangiano@gmail.com

Resumo

O artigo aborda a pobreza estrutural e a fome em Campinas, a partir dos novos usos do território no município, trazendo à tona os estudos da alimentação e da fome na Geografia brasileira e chamando atenção ao par dialético da abundância e escassez. Por meio de levantamento bibliográfico e documental e trabalhos de campo (visitas técnica e entrevistas) junto aos locais e agentes implicados na questão, operacionalizamos a noção de circuito espacial produtivo da alimentação escolar. Apresentamos uma discussão acerca da fome produzida conscientemente no território brasileiro e analisamos os diferentes cardápios propostos para as escolas do município de Campinas. Observando a existência de refeições mais reforçadas em áreas de periferias, a empiria mostra-se como um caminho para se pensar o drama aqui estudado: a manifestação da fome oculta na urbe campineira.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: alimentação escolar, circuito espacial produtivo, fome, pobreza estrutural, Campinas.

Introdução

O artigo aborda a pobreza estrutural e a fome em Campinas¹, a partir dos novos usos do território no município. O objetivo principal da pesquisa foi trazer à tona os estudos da alimentação e da fome na Geografia brasileira, chamando atenção ao par dialético da abundância e escassez na cidade de Campinas, buscando entender como esta, inserida no período do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996), produz conscientemente em seus lugares, a Geografia das misérias humanas.

Partindo do estudo do circuito espacial produtivo da alimentação escolar – nas fases da distribuição e da produção –, por meio de (i) levantamento bibliográfico e documental; e (ii) trabalhos de campo e visitas técnicas junto aos agentes implicados na questão, foi possível tomar conhecimento de uma importante política pública de segurança alimentar, suas propostas, desafios e dificuldades de inserção nas grandes metrópoles.

A primeira parte do artigo apresenta o partido de método ao refletir sobre o circuito em tela: o exame da distribuição e da produção dos hortifrutigranjeiros em Campinas proporcionou um conhecimento de um dos novos usos do território no município, chamando atenção para o papel da CEASA (Centrais de Abastecimento de Campinas S.A.) e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Na segunda parte do artigo, apresentamos uma discussão acerca da fome produzida conscientemente no território brasileiro, a partir da incorporação das técnicas pelos agentes hegemônicos, os quais fazem da abundância e da escassez par dialético indispensável para a manutenção do modo de produção capitalista. Elencamos como preocupação principal a fome oculta – aquela fome parcial que caminha ao lado das condições precárias de trabalho e de vida nas cidades (CASTRO, 1946).

E, como fonte empírica, antecede a nossa conclusão, a análise dos diferentes cardápios propostos para as escolas do município de Campinas. Visando demonstrar a existência de refeições mais reforçadas em áreas de periferias, os dados e as informações serviram de caminho para se pensar o drama aqui estudado: a manifestação da fome oculta na urbe campineira.

Os circuitos espaciais produtivos: uma entrada de método e reflexão sobre a distribuição e produção da Alimentação Escolar

A cidade de Campinas apresenta uma configuração espacial resultante da racionalidade capitalista, a qual aprofunda a divisão territorial do trabalho e cria,

1 Município do estado de São Paulo com 1.1173.370 habitantes (IBGE, 2016).

assim, especializações produtivas que exigem circuitos espaciais econômicos específicos para atender as novas demandas de produção, circulação, distribuição e consumo de mercadorias na urbe contemporânea.

Mais especificamente, entre as décadas de 1970 e 1990, os espaços econômicos, com o aumento considerável de fluxos de todos os tipos de intensidades e direções, começaram a se articular sob uma lógica global (SANTOS, 1986).

Surgiu, nesse contexto, a necessidade de se repensar os *circuitos regionais de produção*, pois estes, analiticamente, não atendiam mais as dimensões intensas que os intercâmbios de fluxo materiais e imateriais entre localidades distantes tomaram, não conseguindo englobar, no exame, as interdependentes frações dos territórios envolvidos no processo produtivo.

Nesse sentido, emerge como forma de se pensar o movimento da dimensão econômica dos lugares, num contexto de articulação global das economias, o que se denominou de “circuito espacial produtivo” (BARRIOS, 1976; MORAES, 1991; SANTOS, 1986; ARROYO, 2008, 2012), uma proposta teórica, complementar ao conceito de divisão territorial do trabalho, que leva em consideração essa interdependência e interação entre os lugares para a real compreensão da dimensão econômica atual e que se dedica, sobretudo, à análise da racionalidade² que preside a circulação das mercadorias no espaço geográfico.

Um “circuito espacial produtivo” se estrutura a partir de uma atividade produtiva inicial até o seu destino final. Ele compreende desta maneira, uma “série de fases de escalões correspondentes aos distintos processos de transformação por que passa o produto principal da atividade até chegar ao consumo final” (BARRIOS, 1976 apud SANTOS, 1986, p. 121). Ou seja, o circuito espacial produtivo envolve as etapas da produção propriamente dita, do transporte, da comercialização e do consumo final de uma mercadoria.

O meio *técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1996) proporciona, segundo Santos e Silveira (2001), um aumento da especialização do trabalho nos lugares.

2 Conforme ressalta Godelier (1969, p. 43), “A análise da racionalidade econômica capitalista é, em primeiro lugar, a do comportamento racional dos agentes econômicos que aparecem nesse sistema. Para simplificar, reduziremos a 3 as categorias desses agentes: o empresário, o trabalhador, o consumidor”. O autor prossegue pontuando: “De um modo geral supõe-se que esses indivíduos em suas atividades econômicas buscam fins coerentes e empregam meios apropriados a esses fins. Seu comportamento econômico se torna racional quando o organizam para obter um rendimento máximo do uso de seus meios e para fazer um uso optimal desse rendimento tirando dele o máximo de satisfações desejadas”. Nesse sentido, Santos (1996, p. 290), sugere que “a marcha do processo de racionalização, após haver (sucessivamente) atingido a economia, a cultura, a política, as relações interpessoais e os próprios comportamentos individuais, agora (...), estaria instalando-se no próprio meio de vida dos homens, isto é, no meio geográfico”.

Conforme Arroyo (2008), a compreensão dessa especialização e, conseqüentemente, da divisão interna e internacional do trabalho, ocorre exatamente por meio dos circuitos espaciais de produção.

Para a autora, os circuitos espaciais produtivos

(...) abarcam as diferentes fases do processo geral produtivo (...) formados por empresas de diversos tamanhos, voltadas para um determinado bem ou serviço, e que atingem de forma articulada diferentes frações do território. Essa articulação se expressa pelo movimento de inúmeros fluxos de produtos, ideias, ordens, informação, dinheiro, excedente. Enfim, pela circulação. Assim, cada fração do território pode ser alcançada por uma ou várias fases de um ou vários circuitos de produção, o que permite explicar sua inserção na divisão interna e internacional do trabalho (ARROYO, 2008).

Dessa maneira, segundo Moraes (1991), os circuitos espaciais produtivos comportam-se como instrumentos conceituais que permitem entender a divisão espacial do trabalho, a partir de uma perspectiva que revele a dinâmica, as múltiplas escalas e o movimento existente de um lugar.

Há diferentes circuitos no território, os quais podem ser desde circuitos dispersos a outros mais concentrados. Assim, faz-se necessário diferenciar a existência de

circuitos totalmente extrovertidos, vinculados ao mercado externo e, portanto, muito influenciados por uma lógica mundial (daqueles que) começam e terminam num único subespaço, que vai desde a produção até o consumo no mesmo distrito de uma cidade (ARROYO, 2008, p. 1).

Os circuitos espaciais de produção, dessa maneira, criam um tecido que varia segundo a escala geográfica de atuação, e servem como um “princípio de organização espacial” (ARROYO, 2008, p. 1) de um determinado lugar.

Segundo Santos e Silveira (2001), estudar os circuitos espaciais de produção de um determinado recorte espacial, é entender como os fluxos perpassam o território, ou seja, perceber o seu movimento e dinâmicas de funcionamento. Segundo os autores, os circuitos espaciais de produção

mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p. 144).

Empiricizando a noção de circuito espacial de produção, destacamos que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em vigor no território brasileiro

desde 1993, e no estado de São Paulo desde 1984, é um programa com orçamento de 3 bilhões de reais para atender 47 milhões de estudantes (FNDE, 2010) em todo território nacional.

Atualmente, a distribuição da alimentação escolar advinda deste programa, no município de Campinas, é organizada pela CEASA, situada na margem da Rodovia Dom Pedro I, a qual, em parceria com outros órgãos públicos, é responsável pelo abastecimento de (i) alimentos perecíveis, como pão, leite, carne, peixe, hortaliças, ovos, frutas e (ii) não perecíveis, como arroz, feijão, macarrão, bebida achocolatada em pó, almôndega e salsicha em conserva, por meio das 164 mil refeições diárias para as 362 escolas (municipais e estaduais) e para as 150 salas de aula de jovens e adultos de Campinas³.

Para atender diariamente as 164 mil refeições, em um total de 431 unidades escolares, um complexo circuito espacial produtivo é colocado em funcionamento e, para efeitos analíticos, apresentaremos duas problemáticas ligadas às fases da distribuição e da produção dos alimentos destinados ao consumo escolar. São elas:

1. a Ceasa como órgão normativo e seletivo dos distribuidores da alimentação escolar e;
2. o papel da agricultura familiar do município de Campinas ao enfrentar diversas dificuldades em se inserir no programa proposto pela Lei nº 11.947/2009⁴.

No que tange à fase da distribuição, a Ceasa encontra-se em uma posição intermediária entre as empresas distribuidoras e as escolas. Seu papel nessa fase do circuito é apenas de um órgão normativo e fiscalizador: é ela quem seleciona, por meio do Departamento de Alimentação Escolar, as empresas que distribuem os alimentos e quem as fiscaliza através de visitas nos estoques dos hortifrutigranjeiros e nas próprias escolas.

A seleção dessas empresas é realizada entre seis meses e um ano⁵ por meio de uma licitação em um modelo de “pregão”, o qual consiste em uma apresentação de

3 Todos os dados do artigo, referentes ao Programa de Alimentação Escolar para a cidade de Campinas, foram concebidos durante as visitas técnicas no Departamento de Alimentação Escolar da Ceasa-Campinas.

4 Lei criada em âmbito federal que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, cujo Art. 2º, inciso V assinala que faz parte das diretrizes da alimentação escolar “o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos”.

5 Existe uma variação que depende do contrato estabelecido entre a CEASA e as empresas distribuidoras. Durante as entrevistas não ficou claro o critério de variação do contrato.

cada empresa interessada em realizar a distribuição do alimento escolar, oferecendo um menor custo/benefício às exigências do Departamento de Alimentação Escolar: alimento de melhor qualidade ao menor preço.

Entre os anos de 2011 e 2012, foram selecionadas pelo Departamento de Alimentação Escolar, quatro empresas para distribuição dos alimentos⁶ em Campinas:

1. Ceazza, localizada em Valinhos. Atende as regiões leste (3,70% das distribuições), sudoeste (89,36% das distribuições) e Sul (97,35% das distribuições), com quatorze rotas de transportes;
2. JJ. Antonioli, localizada no município de Campinas, no Bairro do Taquaral. Atende as regiões norte (100% das distribuições) e sudoeste (1,06% das distribuições), com cinco rotas de transporte;
3. M.C.O Campinas, localizada na própria Ceasa-Campinas. Atende as regiões leste (96,30% das distribuições) e sul (0,88% das distribuições), com quatro rotas de transporte;
4. Pró-Ativa, localizada no município de São Paulo. Atende as regiões Noroeste (100% das distribuições), Sudoeste (11,70% das distribuições) e sul (1,77% das distribuições), com quatro rotas de transporte.

A razão da distribuição da alimentação escolar de um programa federal ser feita por empresas particulares, segundo entrevista realizada com o Engenheiro Agrônomo responsável do Departamento de Alimentação Escolar, decorre do fato da própria Ceasa não possuir uma infraestrutura necessária ao atendimento das 431 escolas envolvidas no programa. Sendo assim, as quatro empresas contratadas com suas respectivas rotas de transporte são mais eficazes para a entrega dos alimentos, que precisa ser realizada em um sistema *just in time*, devido à periodicidade e a própria demanda.

A esse termo, segundo Silva (2004, p. 21), há uma “manipulação física dos instrumentos” de infraestrutura no nosso país que não permite que a distribuição de alimentos seja realizada com certa rapidez. O autor, ao analisar o fenômeno da fome contemporânea, assevera que não é apenas a produção dos alimentos que deve ser colocada como questão fundamental à problemática, mas também a sua distribuição e todo o aparato logístico do qual a circulação dos alimentos em um circuito espacial produtivo são dependentes.

A distribuição nesse circuito espacial produtivo, sob essas condições de descentralizações dos fluxos da CEASA-Campinas, obedece às condições “técnicas-

6 Informações retiradas do banco de dados do Departamento de Alimentação Escolar, fornecido durante as visitas técnicas.

sociais” definidas por Santos e Silveira (2001, p. 143), no período contemporâneo: não é mais necessário um lugar central, polarizador da distribuição. “Os circuitos comportam-se como espaciais e não mais regionais, pois se encontram em intercâmbios frequentes e espessos [que] não são obrigatoriamente entre áreas contíguas”. Assim, a Ceasa possui apenas um papel normativo no que tange à distribuição aos produtos hortifrutigranjeiros da alimentação escolar.

A complexidade do circuito espacial produtivo e a sua necessária descentralização deve-se a três fatores que, segundo Belik e Souza (2009), seriam: (i) vastidão do território brasileiro; (ii) respeito aos hábitos alimentares de cada região e (iii) uso de alimentos regionais para incentivo da produção local.

Para os autores,

(...) o fornecimento de alimentação nas escolas é um processo descentralizado por definição, pois a matéria-prima ou mesmo as refeições prontas precisam chegar até as escolas, as quais estão distribuídas em um amplo espaço geográfico. A alimentação se dá em um espaço de grande dispersão, procurando atender o seu público beneficiário e, ao mesmo tempo, resguardar aspectos ligados aos hábitos alimentares de cada grupo envolvido (BELIK E SOUZA, 2009, p. 105).

No entanto, há uma problemática no que tange à produção familiar dos hortifrutigranjeiros para o município de Campinas. Apesar de a Lei nº 11.947/2009 determinar

(...) a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE⁷ para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar)⁸,

há uma grande dificuldade de os produtos hortifrutigranjeiros dos cardápios escolares do município de Campinas serem de origem regionais, advindos da produção familiar.

Conforme dados do Departamento de Alimentação Escolar, todas as empresas supramencionadas distribuem alimentos produzidos em todo território nacional (não necessariamente da agricultura familiar) – e não apenas advindos de produção regional – para o município de Campinas.

7 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

8 Consulta ao site: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>> acesso em 15/01/2012.

Ainda segundo o Departamento de Alimentação Escolar, essa questão é hoje o maior desafio para a alimentação escolar do município. Isto pois, apesar da existência da Lei nº 11.947/2009, existem muitas dificuldades de inserção do pequeno agricultor familiar no circuito espacial produtivo da alimentação escolar.

A primeira dificuldade identificada seria a impossibilidade de o agricultor familiar trabalhar com o sistema *just in time* já descrito: eles não teriam a infraestrutura necessária que a demanda exige, perdendo lugar para as empresas particulares e maiores, as quais possuem várias frotas de transporte, podendo adquirir e distribuir o alimento por todo território nacional.

A segunda está ligada à quantidade de verba proposta pela Lei nº 11.947/2009 aos agricultores familiares. Segundo o Departamento de Alimentação Escolar, a reserva é insuficiente para o padrão de vida no município de Campinas⁹. Isso ocorre porque o montante de 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação só é suficiente (e válido) para a compra dos alimentos propriamente ditos. As verbas para os serviços, os transportes, mão de obra etc., ou seja, os outros artifícios necessários à produção, precisam vir do repasse municipal – o qual, nos últimos anos, não ocorre no município de Campinas. Receosos em não receber da própria prefeitura municipal (e essa pode ser considerada uma terceira problemática) os agricultores familiares preferem muitas vezes vender seus produtos às empresas particulares (sem saber qual o destino final de seus alimentos) do que se inserirem no programa de lei proposto a eles¹⁰.

E a quarta problemática está relacionada às exigências da DAP (Declaração da Agricultura Familiar), a qual os agricultores familiares de Campinas possuiriam variáveis a mais que os desclassificariam como agricultores familiares¹¹.

9 A lei para compra de produtos da agricultura familiar funciona bem em cidades menores, nas quais o custo de vida é relativamente menor e o repasse é equivalente a uma quantia suficiente para a garantia da sobrevivência. Um bom exemplo é o município de São Bernardo do Campo, o qual, nos últimos anos, o programa proposto pela lei tem surtido efeito < <http://www.saobernardo.sp.gov.br/documents/10181/74182/NM+2011+1611+1+a+12.pdf.pdf/e360b71e-b104-4021-b2c1-b5eb77f94980> >. Último acesso em março/2013.

10 Ainda deve ser levado em consideração que todo o montante reservado aos agricultores familiares está acumulado no município, sem rotatividade. Algumas soluções estão sendo tomadas pelo CAE (Conselho de Alimentação Escolar) para atingir a inserção do agricultor familiar e resolver a questão da verba inutilizada

11 A Lei nº 11.326/2006 indica quais são os pré-requisitos para um agricultor ser classificado no nível familiar.

Estamos diante de uma lei que, ao visar a garantia de segurança alimentar¹² aos estudantes do município, supostamente insere os pequenos agricultores familiares nos espaços econômicos e competitivos de comercialização de alimentos. Há, no entanto, como apresentado, a impossibilidade destes de se inserirem como agentes dinâmicos no território brasileiro, o qual, desde sua história territorial, foi pensado e construído de maneira extrovertida – atendendo aos que estão distantes, recebendo as ordens de fora.

Becker (2007, p. 268), nesse sentido, indaga a seguinte questão: “Onde fica a segurança alimentar na poderosa rede de armazenagem empresarial implantada para a exportação?”. Para a autora, essa logística das redes causa um forte desequilíbrio no setor alimentício, “em razão da ausência de medidas para estoques de alimentos que são produzidos e nutrem as populações de baixa renda” – que são, em grande medida, a população pobre das urbes.

A autora segue sugerindo a necessidade da existência de uma “logística do pequeno”, na qual os agricultores familiares ao menos teriam a possibilidade de “exercer a função crucial de sua sustentação e a da sociedade” (Becker, 2007, p. 268).

A problemática posta, manifesta entre a questão da segurança alimentar e da não inserção dos pequenos agentes econômicos na logística urbana de abastecimento alimentar nas escolas, verte a nossa discussão para a fome que se instala nos interstícios do tecido urbano, articulada à pobreza estrutural, traço marcante de nossa sociedade e de nosso território.

Fome oculta: ponto crucial da pobreza estrutural

Ao discorrer sobre a alimentação urbana e a planificação regional nos países subdesenvolvidos, Santos (1969), relembra as obras do médico, cientista e professor universitário Josué de Castro: “Geografia da Fome” (1946) e “Geopolítica da Fome” (1961) – verdadeiros legados aos estudos da alimentação no Brasil, além de importante sugestão de método para uma análise geográfica da fome

12 Cabe ressaltar a importância de uma leitura crítica do conceito de segurança/insegurança alimentar. Para a reflexão sobre o tema, recomenda-se a consulta de Ribeiro Junior (2008, 2016). Com base no autor (2008, p. 73), “o entendimento da segurança alimentar construído por essas instituições (FAO, FMI, Banco Mundial) está sempre fundamentado na relação entre a oferta e a procura de alimentos. Não importa se o acento está na produção (oferta) ou na renda (demanda solvente); de todo modo prevalece o entendimento de que a insegurança alimentar é provocada por um desequilíbrio na oferta ou na procura, que se manifesta na ausência de estoques alimentares ou na renda insuficiente de parte da população para adquirir os alimentos. O discurso e as ações tomadas por essas instituições tentam fazer crer que seja possível organizar e equilibrar essa relação entre a oferta e a procura de alimentos e que somente assim pode-se garantir a segurança alimentar de todos”.

contemporânea. As obras supracitadas orientam não “somente ao conhecimento da economia regional e urbana dos países subdesenvolvidos, mas também à busca de soluções que superam o marco do problema alimentar, para situar-se na planificação global” (SANTOS, 1969, p. 95, tradução nossa).

Tais obras suscitam a possibilidade de pensarmos o tema da alimentação escolar e da fome na urbe campineira. Permitem, portanto, diversas discussões quando chamam atenção ao grande erro da civilização: “este de termos deixado centenas de milhares de indivíduos morrendo à fome num mundo com capacidade quase infinita de aumento de sua produção, dispondo de recursos técnicos à realização desse aumento” (CASTRO, 1946, p. 15).

Assim pontua Araújo (2000, p. 199), sobre a capacidade tecnológica do Brasil em conseguir ser

uma das maiores bases industriais do mundo, que produz avião, armas, detém a tecnologia de ponta da extração submarina de petróleo, usa tecnologias de ponta em diagnósticos médicos e transforma os cerrados em grandes e dinâmicas áreas graneleiras,

e, paradoxalmente, também ser um país que “convive com a fome crônica ou aguda (...), a fome biológica e **política**” (ARAÚJO, 2000, p. 199, grifo nosso), resultante da racionalidade capitalista.

Nesse sentido, Castro (1946) alerta sobre as condições – política e técnica – da produção da escassez e da abundância dos alimentos, cujo par dialético pode ser compreendido como a principal causa do fenômeno da fome coletiva, aquela que atinge de maneira endêmica ou epidemicamente milhões de pessoas pelo mundo.

Destarte, Tozi (2001) frisa a consideração da abundância e da escassez como a dialética que permite a manutenção da reprodução capitalista nos espaços mundiais. Por essa razão, o autor estabelece que

(...) a escassez não pode ser superada, pois a especulação da produção de alimentos como mercadorias (oferta) e a produção de famintos (demanda) configuram um mercado integrado mundialmente, controlado por grandes empresas de *agrobusiness* com a conivência e o incentivo dos Estados nacionais que preparam seus territórios para o uso pelos agentes hegemônicos (TOZI, 2001, p. 23).

Para Santos (2000), a base da racionalidade hegemônica – a qual em sua essência é por si só totalitária – é a própria consciência na produção da escassez. O alimento, nesse sentido, seria mais um direito negado – dentre tantos como moradia, mobilidade, acesso a educação de qualidade etc. – conscientemente aos cidadãos pobres. Para o autor, as ações e os objetos inerentes ao território são derivados das técnicas que obedecem a uma lógica hegemônica – não da produção

do alimento em sua forma abundante e sua conseqüente distribuição entre a população – de produção de inúmeras carências: aquelas que estão “nos imperativos do mercado (...) e desse modo uma produção excludente de outras produções” (SANTOS, 2000, p. 128).

Logo, com base em Santos (2000), afirma-se que no mundo contemporâneo há (i) uma produção do reino de necessidades; (ii) uma incorporação limitada dessas produções por grande parte da população – principalmente nos países subdesenvolvidos; e (iii) por essa razão, uma produção ilimitada e consciente de carência e escassez.

Ou seja, as técnicas, ao atenderem as exigências da racionalidade capitalista, acabam por se relacionar seletivamente com os territórios. Conseqüentemente, temos o agravamento das desigualdades socioespaciais que regulam a pobreza estrutural, uma pobreza que ultrapassa o local e o nacional, tornando-se “globalizada, presente em toda parte do mundo” (SANTOS, 2000, p. 69) – fundamento da consolidação do processo dialético da produção da fome (Ramalho, 2003) no mundo contemporâneo. Essa produção consciente da fome relaciona-se com a produção de necessidades e, sobretudo, com a sua não distribuição, como assim alerta Santos:

(...) criam desigualdades e, paralelamente, necessidades, porque não há satisfação para todos. Não é que a produção necessária seja globalmente impossível. Mas o que é produzido – necessária ou desnecessariamente – é desigualmente distribuído. Daí a sensação e, depois, a consciência da escassez: aquilo que falta a mim, mas que o outro mais bem situado na sociedade possui (SANTOS, 2000, p. 129).

A convivência com a escassez por uma parcela da população – aquela que incorpora limitadamente as produções das necessidades, reconhecida como os “*não-possuídores*” (SANTOS, 2000) – é conflituosa¹³, pois “não há lugar para o repouso e a própria vida acaba por ser um verdadeiro campo de batalha” (SANTOS, 2000, p. 131).

13 Em uma reportagem ao jornal “O Estado de S. Paulo” (22/05/2011) (<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,a-nova-geopolitica-dos-alimentos-imp-,722441>), Lester R. Brown (presidente do Earth Policy Institute) adverte quanto à subida dos preços mundiais do trigo para 75% no ano de 2010 e o quanto isso em países subdesenvolvidos é calamitoso. “(...) para os 2 bilhões de pessoas mais pobres do planeta, que gastam de 50% a 70% de sua renda em comida, essa disparada dos preços pode significar passar de duas refeições por dia para uma”. Segundo o autor, estamos em uma era de escassez mundial de alimentos onde “os que mal conseguem se segurar nos degraus mais baixos da escada econômica global correm o risco de se soltar de vez. Isso pode contribuir – e tem contribuído – para revoluções e insurgências”. O mercado da escassez é mundial, e são mundiais também os conflitos e inseguranças geradas por ela.

Fala-se, portanto, da condição de vida dos famintos do período contemporâneo, dos não-possuidores do meio urbano, da “subnutrição das populações marginalizadas nas cidades (em meio a casos de fome aguda, de pessoas que desmaiam nas calçadas)” (ARAÚJO, 2000, p. 200), de alunos que desmaiam de fome em seus cotidianos nas salas de aula¹⁴.

Assim, afirma-se a fome como resultante da pobreza estrutural, a qual o território brasileiro reproduz diariamente. Como salienta Castro (1946, p. 18), uma fome

oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias.

Uma fome de “fabricação humana” (CASTRO, 1961), eminentemente reconhecida como um problema social e que ultrapassa as barreiras dos determinismos naturais do território brasileiro. Ribeiro Junior (2008), analisa o conceito de fome fabricada, junto ao de fome endêmica, e admite que essa simultaneidade, além de tornar o fenômeno mais dramático, acaba por desnaturalizá-lo, fazendo com que ele seja entendido de maneira inerente à humanidade. Segundo o autor,

Ao identificar a fome endêmica não é mais possível responsabilizar a natureza ou fenômenos esporádicos pela fome. É preciso explicar porque ela ocorre mesmo quando há alimentos suficientes para toda população se alimentar, porque a sociedade não é capaz de alimentar todos os seus membros (RIBEIRO JR., 2008, p. 40).

Por essa razão, Souza (1994, p. 4) propõe uma atualização do fenômeno: “(...) a fome é a consequência biológica de um mal filosófico, de uma visão do mundo sobre o mundo equivocada. Pois é humanamente e eticamente inadmissível aceitar um mundo com fome”.

Nesse contexto, a comida entendida como uma mercadoria, talvez seja a forma mais perversa da racionalidade do capital: ao atender às demandas “da economia globalizada” (RAMALHO, 2003, p. 558) os espaços alimentícios passam por processos de desumanização (RIBEIRO JR., 2008). Daí, para Ribeiro Junior (2008, p.48), é a economia capitalista que impede drasticamente “a realização da humanidade do homem”.

14 “A notícia mais triste do Brasil nesta semana. Menino de oito anos desmaia na escola e marca um país devolvido à geografia mundial da fome” El País, 17 de novembro de 2017. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/17/opinion/1510950046_724120.html Acesso: jun. 2018.

Essa sociedade que fabrica a fome e que se desumaniza por conta de uma economia capitalista, é

(...) a sociedade que se propõe acumulativa – de capitais; técnicas; experiências, civilizações –, mas cuja causa acumulativa maior é de cunho econômico e em que a proletarização de milhões de seres humanos também é acumulativa, pois leva de roldão, nesta economia, mais e mais homens, mulheres e crianças, inseridos precariamente nesta história moderna (DAMIANI, 2005 apud RIBEIRO JR., 2008, p. 54).

Estamos falando de usos corporativos do território, que reestruturam a cada dia a pobreza de milhões de brasileiros, e acabam por tecnificar as relações sociais e por substituir as políticas governamentais por políticas das empresas – baseadas em lógicas monetárias (SANTOS, 1998; RAMALHO, 2003).

Destarte, meditando sobre a situação alimentar urbana, cumpre a seguinte indagação: quais são as políticas públicas que de fato podem atender a população de não possuidores urbanos? O que a realidade campineira pode nos revelar, quando o tema é a fome oculta abrigada nas cidades?

A organização do cardápio escolar como denúncia à existência da fome oculta

Como já destacado no desenvolvimento da primeira parte deste artigo, vivenciamos algumas problemáticas no que se refere à produção e à distribuição do circuito espacial produtivo da alimentação escolar, em relação ao cumprimento da lei proposta aos municípios, principalmente os que se configuram como metrópoles, caso este, o de Campinas.

Conforme Silva (2004, p. 20),

(...) uma das maiores dificuldades neste país é uma prefeitura poder comprar arroz, feijão, alface, tomate, qualquer produto agrícola no seu município. A lei de licitações impõe um procedimento igual para quem compra uma caixa de tomate e para quem compra um foguete. Isso tem impossibilitado a implantação de programas de desenvolvimento local apoiados na agricultura familiar por parte das prefeituras para atender a sua demanda institucional: creche, merenda etc. A prefeitura não consegue comprar.

Apesar do município de Campinas não realizar em sua plenitude toda a parte de operacionalização da alimentação escolar, repassando, portanto, o poder de compra, e conseqüentemente de distribuição, para grandes empresas alimentícias privadas – perdendo de vista a inserção dos pequenos agricultores no processo –, o Departamento de Alimentação Escolar ainda é o responsável pela elaboração dos

cardápios escolares, os quais denunciam a existência da pobreza estrutural e evidenciam a fome em Campinas.

A alimentação para alguns, como revela a pesquisa, só é garantida dentro das escolas; por isso a diferenciação e o reforço nutricional dos cardápios de acordo com as regiões, principalmente aquelas consideradas mais pobres.

Estaria o município de Campinas garantindo a segurança alimentar de seus estudantes? Ou seja, a alimentação servida nas escolas estaria compreendida dentro dos parâmetros da quantidade, qualidade, regularidade e dignidade que compõem o conceito de Segurança/Insegurança Alimentar (SILVA, 2004)?

O Departamento de Alimentação Escolar afirmou que as regiões mais pobres do município¹⁵ recebem refeições mais reforçadas, inseridas no tipo de cardápio classificado como “cardápio-refeição”, no qual, no horário principal de refeição dos alunos, não é servida uma alimentação do tipo “lanche” ou do tipo “café-da-manhã”, ou seja, bolachas ou algo para beber, por exemplo. O “cardápio-refeição” engloba, em seus horários principais, alimentações reforçadas.

São dois tipos de cardápios, o “refeição” e o “padrão” – o qual é direcionado às regiões que não são caracterizadas como focos de pobreza. No “cardápio-refeição” consta para a “merenda principal”, no dia analisado, arroz, feijão preto com carne seca e de sobremesa uma banana, já o cardápio considerado “padrão”, no mesmo dia e horário, forneceram aos alunos das escolas, leite com flocos de milho e, de sobremesa, uma banana.

Além do “cardápio-refeição” e o cardápio considerado “padrão”, também existem outros dois tipos de cardápios elaborados pela equipe de nutricionistas do Departamento de Alimentação Escolar. Eles atendem as escolas estaduais e municipais, os EMEIs (Escola Municipal de Educação Infantil) e os EJAS (Educação de Jovens e Adultos). Um deles é denominado de “Cardápio Ensino Médio Lanche”, cujas refeições principais são servidas em forma de lanches, as quais variam de biscoitos e/ou pão e uma bebida; e, o outro, é uma versão de cardápio do tipo “integral” com as subdivisões pelo dia: manhã, almoço e lanche, servido no período da tarde¹⁶.

Os diferentes tipos de cardápios organizados para determinadas regiões, segundo o nível de pobreza, trazem à tona o que Souza (1994, p.3) alerta: “na escala planetária há uma correlação entre a localização das pessoas e o seu nível

15 No decorrer da pesquisa não obtivemos a lista discriminada das regiões consideradas prioritárias para o “cardápio-refeição”. A única listagem fornecida foi a que constata o fluxo de distribuição de alimentos por região realizada pelas empresas que atendem as escolas do município.

16 Não foram disponibilizados durante a pesquisa à quais escolas e regiões esses cardápios eram aplicados.

social e de renda”. A diferenciação dos cardápios surge como uma maneira de abordar o fenômeno da fome publicamente e como um meio de denúncia a esse “silêncio premeditado” (CASTRO, 1946, p. 12) feito em torno do fenômeno. Segundo o autor,

Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente (CASTRO, 1946, p. 12).

O olhar para a pobreza estrutural, cristalizada em formações socioespaciais terciomundistas, em cidades contemporâneas desiguais socioterritorialmente, caso de Campinas, é de extrema importância quando nos propomos a retomar os estudos acerca da Geografia da Fome. É através da pobreza que podemos identificar os famintos ocultos¹⁷:

o expressivo contingente de brasileiros de renda tão baixa (...) – as pessoas em situação de pobreza extrema – (estão) sob o risco de fome: (...) vulnerável a condições de subnutrição; (e da) probabilidade de viver em estado de insegurança alimentar (ROCHA e ALBUQUERQUE, 2004, p. 66).

Admite Silva (2004) que o combate à fome não pode se pautar apenas na ação distributiva de alimentos, como a política de alimentação escolar, aqui tratada, ou mesmo a entrega de cestas básicas em situações emergenciais. Para o autor, em conjunto com essas medidas paliativas, devem ser colocadas na agenda do país mudanças estruturais que permitam o fim da fábrica humana de perversidades.

(...) o Brasil tem condições de acabar com a fome. Um país que é o maior exportador de alimentos do mundo tem condições de acabar com a fome (...). Combater a fome (...) é aumentar a produção de alimentos, fortalecer a agricultura familiar, fazer reforma agrária, gerar empregos... Há um conjunto de ações na área econômica que se encaixa em tudo isso. Ninguém dá uma receita de acabar com a fome simplesmente dizendo: “distribua a cesta básica” (SILVA, 2004, p. 22).

Para que o drama da servidão à fome e à miséria seja vencido, a estrutura agrária brasileira baseada na concentração de terras e capitais deve ser superada

17 Para Rocha e Albuquerque (2004, p.84) “definições operacionais de pobreza geralmente levam em conta a renda (monetária e não monetária) das famílias e uma linha de pobreza (nível crítico de renda) baseada no custo estimado para a aquisição das necessidades humanas básicas. Contabilizam-se como pobres as famílias cuja renda seja inferior à linha da pobreza. Quando a linha da pobreza se baseia apenas no custo da alimentação, fala-se em pobreza extrema, indigência ou mesmo em insegurança alimentar”.

(CASTRO, 1946). Além dela, segundo o autor, outros obstáculos devem ser ultrapassados, dando maior destaque para “os processos de distribuição da produção agrícola com sua rede interminável dos intermediários e atravessadores. Dos monopolistas e exploradores da fome” (CASTRO, 1946, p. 289).

Ao falar do renascimento e da possibilidade de outros usos da técnica – que se contrapõem aos que os atuais atores hegemônicos elencaram como os ideais – Santos (2000), permite pensar em novos arranjos espaciais, realizados por aqueles que modificam o espaço de baixo para cima, apropriados pelos homens pequenos e lentos, os mesmos que acabam por admitir o “encontro geográfico e social, de modo a assegurar a **restauração do homem em sua essência**” (SANTOS, 2000, p. 165, grifo nosso).

O estudo apresentado foi permeado pelo conceito de território usado – sinônimo de espaço humanizado (CATAIA, 2008, p. 351) – ou seja, o plano da existência de todos os homens, de todas as instituições, de “todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar” (SANTOS, 1996, p. 322). Pensamos a cidade como um espaço banal (SANTOS, 1996), no qual “os fracos podem subsistir” (SANTOS, 1996, p.322) na busca constante de um futuro de satisfação das carências¹⁸. São para esses homens lentos que devemos voltar à atenção e buscar soluções para todas as negações que lhe são feitas.

Assim, se faz necessário, para chegar ao ponto crucial da pobreza, compreender o fenômeno da fome neste início de século, de modo a poder denunciá-la, como fez Josué de Castro em seu tempo quando mostrou ao mundo a fome brasileira, quantificando-a, qualificando-a, indicando os lugares de sua ocorrência, suas principais causas, quebrando tabus. A fome ainda persiste, obscura. Seus índices e localizações no território se modificam, pois ela é companheira fiel do sistema capitalista, que se expande pelas fronteiras porosas do território nacional. Mas também são fiéis ao sistema, de uma maneira paradoxal, as bases técnicas, sociais e intelectuais que renovam o mundo. Eis o compromisso da geografia brasileira: passar de uma geografia da fome para uma geografia dos homens livres das misérias, as quais o capitalismo insiste em reproduzir.

18 “Trata-se, para eles (os pobres), da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer – carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência do consumo político, carência de participação e de cidadania. Esse futuro é imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo Mundo e percebidas no lugar” (SANTOS, 1996, p. 326).

Conclusão

O estudo do circuito espacial produtivo da alimentação escolar em Campinas permitiu, além da análise da pobreza e da fome no lugar, denunciar a globalização como fato (SANTOS, 2000) na cidade. A gama de perversidades aí existentes foi constatada nos usos seletivos dos territórios e na produção consciente das desigualdades, fazendo-nos pensar quais seriam as outras possibilidades de usos dos espaços, principalmente pelos homens lentos e pequenos, que creem o futuro como perspectiva da possibilidade.

Preocupamo-nos, sobretudo, em resgatar as obras de Josué de Castro a respeito da Geografia da Fome e acentuar a importância do estudo do lugar como revelador das contradições do mundo (SOUZA, 1997). Para tanto, o artigo abordou as dificuldades dos pequenos agricultores de Campinas – impedidos pelas técnicas a serviço dos agentes hegemônicos – de se inserirem no mercado de abastecimento nas escolas do município; e expôs a elaboração de diferentes cardápios da alimentação escolar, segundo o nível de pobreza de cada região da cidade, revelando, portanto, a fome oculta das metrópoles.

O artigo também relembrou as esperanças e as utopias que fazem dos lugares uma ponte para o futuro, ao propor, como forma de repensar a Segurança Alimentar da cidade, uma “logística dos pequenos”, para que esses tenham acesso às infraestruturas necessárias à circulação dos alimentos e consigam sobreviver ao pesado cotidiano das logísticas extrovertidas.

Afirmamos, assim, o lugar como oportunidade do evento, no qual podem ser construídos histórias e espaços pautados em ações diferentes dos projetos hegemônicos; onde podemos pensar alternativas à fome e à pobreza.

Inspira-nos, Souza (1994, p. 11), quanto diz que o lugar do pobre é o futuro: “aí reside a esperança. Aí surge a cidadania, a solidariedade. Os pobres e famintos são os seres moventes de um lugar, no futuro”.

No entanto, para que outros projetos sejam efetivados, a análise geográfica do lugar deve denunciar as contradições resultantes de um desenvolvimento desigual e combinado (SMITH, 1988) do território e voltar-se para a compreensão da razão de existência dessas desigualdades – tentativa principal desse trabalho.

Vimos, portanto, que pobreza e riqueza, abundância e escassez, fatos antagônicos, complementares e atuais da cidade de Campinas, resultam da racionalidade capitalista. Querer transformar a realidade, ou seja, eliminar a pobreza suprimindo

as diferenças de renda criadas por um processo produtivo gerador de desigualdades, supõe uma mudança no próprio processo produtivo, o

que vale dizer, das relações do homem com a natureza e dos homens entre si (SANTOS, 1982, p. 68).

Das carências que surgem da precariedade e da pobreza, podem emergir, também, através da consciência do lugar, da negação das ordens impostas e da necessidade de transformação, o renascimento da técnica pelos vetores de baixo da sociedade, que abrem – com a mesma força que o cotidiano os impera – os caminhos para “a utopia e para a esperança” (SANTOS, 2000) de reforma do mundo.

Viver em meio à pobreza e à fome é conviver em lugares de conflitos. Mas são exatamente desses conflitos que surgem as “utopias de transformação” (VAINER, 2000) dos lugares. Os cidadãos que, cheios de esperanças, estão em busca da libertação dos males da globalização, estão também em luta pela construção de um novo espaço. Um espaço, enfim, livre da fome.

Referências

- ARAÚJO, T. B. Relendo a Geografia da Fome. In Araújo, T. B. (org). *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- ARROYO, M. *A economia invisível dos pequenos*. In. Le Monde Diplomatique Brasil, p.30-31, outubro de 2008.
- ARROYO, M. Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. *Boletim Campineiro de Geografia*. v. 2, n. 1, 2012.
- BARRIOS, S. *Dinâmica Social y Espacio*. Caracas: Cendes, 1976.
- BECKER, B. Logística e nova configuração do território brasileiro: que geopolítica será possível? In. DINIZ, C. (Org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.
- BELIK, W. e SOUZA, L. R. Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. In. *Planejamento e Políticas Públicas*, nº 33, Jul./dez., 2009.
- CASTRO, J. de. *Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1946.
- CASTRO, J.de. *Geopolítica da fome. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1961.
- CATAIA, M. Crise nas grandes cidades: alienações e resistências In. Souza, M. A. (org.) *A metrópole e o Futuro. Refletindo sobre Campinas*. Campinas: Territorial, 2008.
- GODELIER, M. *Racionalidade e irracionalidade na economia*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1969.
- MORAES, A. C. R. Los circuitos espaciales de la producción y los circuitos de acumulación em el espacio. In: YANES, L; LIBERALLI, A (org). *Aportes para el estudio del Espacio Sócio-Económico*. Buenos Aires, [s.n], 1991.
- RAMALHO, M. L. Uso do território, Técnica e Fome In. SOUZA. M. A. (org). *Território Brasileiro. Usos e Abusos*. Campinas: Territorial, 2003.
- RIBEIRO JUNIOR, J. R. *A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica cotidiana a partir da geografia urbana*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia- FFLCH, USP, 2008.
- RIBEIRO JUNIOR, J. R. *Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia - FFLCH, USP, 2016.
- ROCHA, S., ALBUQUERQUE, R. Geografia da pobreza e vulnerabilidade à fome. In. VELLOSO, R.; ALBUQUERQUE, R. (org.) *A nova geografia da fome e da pobreza*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

- SANTOS, M. Alimentation urbaine et planification régionale em pays sous-développé. In: *Tiers-Monde*, tome 10, nº 37, pp. 95-114, 1969.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 1982.
- SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A.; SANTOS, M. *A construção do Espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. Da política dos Estados à política das Empresas. *Caderno da Escola do Legislativo*: Belo Horizonte, 3(6): 9-23, jan/jun.1998
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, M e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, J. G. A concepção, as prioridades e estratégia de execução do Programa Fome Zero. In. VELLOSO, R.; ALBUQUERQUE, R. (org.) *A nova geografia da fome e da pobreza*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, M. A. *A fome no Brasil e no Mundo: fome, perversidade e globalização*. Texto elaborado para o Encontro Internacional “Lugar, formação socioespacial, mundo”, São Paulo de 08 a 11 de setembro, 1994.
- SOUZA, M. A. *O lugar de todo mundo. A geografia da solidariedade*. Bahia, 1º Encontro Internacional de Geografia da Bahia, 1997.
- TOZI, F. *Geografias da desigualdade: território e fome*. Monografia de Conclusão de Curso, Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2001.
- VAINER, C. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. In. ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Sobre a autora

Livia Cangiano Antipon: Licenciada (2013), bacharela (2014) e mestra (2017) em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, onde atualmente realiza o doutorado, orientada pelo Prof. Dr. Márcio Cataia.

* * *

ABSTRACT

The productive spacial circuit of school lunch and hidden hunger in the city of Campinas (SP)

The article approaches structural poverty and hunger in Campinas, based on the new uses of the territory in the municipality, bringing to the surface the studies of food and hunger in Brazilian Geography and drawing attention to the dialectical pair of abundance and shortage. By means of bibliographical and documentary surveys and fieldwork (technical visits and interviews) together with the premises and agents involved in the question, we operate the notion of productive spacial circuit of school lunch. We present a discussion about the hunger consciously produced in the Brazilian territory and analyzing the different menus proposed for the schools of the municipality of Campinas. Observing the existence of more reinforced foods in peripheral areas, empiria is shown as a way to think about the drama studied here: the manifestation of hidden hunger in the Campinas.

KEYWORDS: school Lunch, productive spacial circuit, hunger, structural poverty, Campinas.

RESUMEN

El circuito espacial productivo de la alimentación escolar y el hambre oculto en la ciudad de Campinas (SP)

El artículo aborda la pobreza estructural y el hambre en Campinas, a partir de los nuevos usos del territorio en el municipio, trayendo a la superficie los estudios de la alimentación y del hambre en la Geografía brasileña y llamando atención al par dialéctico de la abundancia y escasez. Por medio de levantamiento bibliográfico y documental y trabajos de campo (visitas técnica y entrevistas) junto a los locales y agentes implicados en la cuestión, operacionalizamos la noción de circuito espacial productivo de la alimentación escolar. Presentamos una discusión acerca del hambre producida conscientemente en el territorio brasileño y analizando los diferentes menús propuestos para las escuelas del municipio de Campinas. Observando la existencia de comidas más reforzadas en áreas de periferias, la empiria se muestra como un camino para pensar el drama aquí estudiado: la manifestación del hambre oculta en la urbe campineira.

PALABRAS CLAVE: alimentación escolar, circuito espacial productivo, hambre, pobreza estructural, Campinas.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>